



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140757 - CE (2021/0000660-6)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : ANTONIO ALBERTO GONCALVES DE SOUSA (PRESO)
ADVOGADO : AMILRIA CARDOSO MENEZES - CE020718
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus* sem pedido de liminar interposto por ANTONIO ALBERTO GONÇALVES DE SOUSA diretamente no Superior Tribunal de Justiça.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O recurso não merece conhecimento, por ter sido interposto diretamente nesta Corte Superior, quando correta seria sua apresentação à Presidência do Tribunal de origem.

Nesse sentido, cito precedente:

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. INTERPOSIÇÃO DIRETAMENTE NESTA CORTE. IMPOSSIBILIDADE. LIMINARMENTE INDEFERIDO. USO DE ALGEMAS PELO RÉU DURANTE A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO. POSSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. DECISÃO INDEFERITÓRIA DA INICIAL QUE DEVE SER MANTIDA.

1. A decisão impugnada se sustenta tão somente pelo fundamento de o recurso ordinário em *habeas corpus* não seguiu as regras que lhe são atinentes, uma vez que deveria ter sido interposto no Tribunal de origem, e não diretamente nesta Corte.

2. Em relação ao uso de algemas durante a audiência de instrução e julgamento, é consabido que pode ser determinado pelo magistrado quando presentes riscos concretos à segurança do acusado ou das pessoas presentes ao ato.

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no RHC 63.626/SP, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, DJe 7/6/2016.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, não conheço do presente recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente